

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N.º , DE 2007

Solicita a realização de reunião de audiência pública para debater as irregularidades apontadas pela CGU no Programa Bolsa Família.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para esclarecer informações veiculadas pelo Jornal Folha de São Paulo, do dia 16 de Julho de 2007, e seus desdobramentos, referentes a auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU, a qual aponta falhas na aplicação de recursos no Programa Bolsa Família do Governo Federal, bem como que sejam convidados o Sr. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da CGU e a Sra. Rosani Cunha, Secretária de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

JUSTIFICAÇÃO

O programa Bolsa Família, é um programa de abrangência nacional que atende 11,1 milhões de famílias em todo o Brasil. O programa é gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pesssoal até 60,00).

No entanto, conforme veiculado pelo Jornal Folha de São Paulo no dia 16 de Julho de 2007, Pag A6, foram apontadas pela matéria do referido Jornal, irregularidades em 108 Municípios dos 120 fiscalizados pela CGU. Tais irregularidades apontadas como beneficiados mortos ou que estão cadastrados simultaneamente em outros programas como o PETI (programa de Erradicação do Trabalho Infantil), pagamento a beneficiados com renda superior à estipulada pelos critérios do programa e também a não localização de estudantes ou de responsáveis incluídos no Bolsa Família.

A realização da Audiência Pública que ora requeremos, é de fundamental importância para o esclarecimento de possíveis denúncias de irregularidades referentes ao programa Bolsa Família. Por este motivo a transparência e amplitude da reunião vão nortear o trabalho da Comissão de Seguridade Social e Família – o que o Regimento Interno da Câmara do Deputados permite e incentiva.

Sala de reuniões, de 2007

Jorge Tadeu Mudalen
DEM/SP